

Luis Nassif (JT) — Todos os expositores situaram a ineficiência como inerente ao modelo. Também me parece que o professor Ives Gandra da Silva foi de grande generosidade para com os atuais condutores da política econômica, partindo do princípio de que pessoas competentes não conseguiriam administrar melhor o País. Mas eu gostaria de apontar problemas inerentes ao modelo, aos atuais condutores da política econômica. E em se tratando do "pacote", diria que desindexação virou uma palavra mágica. A grande questão, agora, é a taxa de juros e a recessão. Num segundo plano, a inflação. O déficit público explica as taxas de juros e a chamada "dolarização" da economia. Mas discordo do Ives, pois creio que uns e outros estão ligados à política econômica dos últimos anos. Há defeitos inerentes ao processo de estatização, que é uma hipertrofia do Estado, uma falta de controle absoluto, a corrupção institucionalizada. Noutras palavras, dentro do poder tecnocrático foram formadas castas, cujoma exemplo talvez seja a Petrobrás. Mas o que precipitou essa crise do Estado brasileiro? Recordo que em 1980 houve uma enorme dilapidação das reservas cambiais, o que colocou o País na situação extremamente vulnerável em que nos vimos no momento de renegociar a dívida externa. Em fins de 79, tínhamos reservas cambiais que ascendiam a 12 ou 13 bilhões de dólares, em julho do ano seguinte elas já tinham sido reduzidas a 6 bilhões. Isso não deve ser atribuído ao modelo econômico, mas a uma incrível sucessão de erros de política econômica — talvez os mais graves cometidos no País desde o início do século: a máxi de 79, seguida da desindexação da correção monetária e cambial, para não se falar na guerra dos spreads, que impediu o governo de captar dinheiro durante seis meses. Ao perceber a fraqueza, os bancos tentaram forçar spreads mais altos e o governo permaneceu durante um semestre segurando sem captar e provocando uma dilapidação ainda mais intensa. E foi essa demora em preparar um plano de renegocição da dívida que complicou a situação quando se verificou que o sistema financeiro internacional estava partindo para a ruptura. O governo Geisel cometeu erros tremendo, sua megalomania é conhecida. Aceite que nessa época ainda se acreditava que o sistema internacional manteria o fluxo de recursos. Mais ainda, que dívida não foi feita para ser paga, mas para ser rolada. Isso ocorreu com os Estados Unidos no século passado. Assim, a despeito da megalomania da era de Geisel, partia-se do pressuposto que o sistema financeiro internacional continuaria funcionando. E isso levou uma equipe competente que administrava a dívida externa — Simonsen, Paulo Lira, Fernão Bracher — a manter o esquema de endividamento. Ao ocorrer o choque dos juros, o quadro já era outro. A partir de 80 ocorreu a dilapidação de recursos, via prefixação cambial. Discordo do Geraldo quando diz que o problema foi causado pela distribuição de renda. Não foi.

“É preciso dizer ao ministro Delfim que a Nação não é ele”

Geraldo de Camargo Vidal — Situei esse problema apenas como um de quatro fatores. Além disso, observei que talvez não houvesse outra solução.

Luis Nassif (JT) — Acontece que o grande problema de 80 foi a exacerbção do consumo, que ajudou a provocar essa maior dilapidação das reservas, na medida em que era exigida maior importação.

Geraldo de Camargo Vidal — O problema de 80 foi muito mais amplo, mas em todo caso...

Luis Nassif (JT) — Eu me referia aos salários e ao poder de consumo. Mas justamente quando estava mais vulnerável, o governo partiu para duas formas de endividamento, a começar pelo estatal, tomando recursos indiscriminadamente, sem planejamento financeiro. A programação financeira das estatais estourou e estimulou o endividamento privado. Isso encrenquei e tornou caro e raro o crédito, compelindo as empresas a se endividarem via Resolução 63. Passamos a ter dois mercados de crédito: um doméstico e outro internacional, que funcionava internamente, ligados pela Resolução 432, a qual permitia ao empresário que tivesse empréstimos em dólares depositar no Banco do Brasil e recorrer ao mercado doméstico de juros. Em consequência, os juros internos passaram a ser fixados pelos juros externos, os quais cresceram além da conta — havia uma fuga, uma esterilização dos recursos em dólares no Banco Central. O montante de dólares foi reduzido e o setor privado teve de recorrer ao setor doméstico de juros, que mantinha taxas elevadas. Foi o início do chamado processo de "dola-

vização". Ele deixou o governo amarrado na área cambial. Tanto assim que quando a taxa cambial se elevava 1% acima da inflação ocorria o imediato encarecimento nas taxas de juro do mercado internacional e do doméstico. Foi acelerada a transferência do mercado internacional para o doméstico junto aos tomadores privados. Acontece que a expectativa da maxidesvalorização afungentou muitos para o mercado doméstico, com elevação da taxa de juros. Com a máxi, o governo pretendia resolver a questão dos juros. Como? Ante sua expectativa, seria estabelecido um piso do empréstimo em dólares e, consequentemente, um piso do empréstimo em cruzeiros. E como se explicaria isso? Pelo fato de ninguém mais acreditar no governo. Mas a máxi criou a expectativa de novas máxis, compelindo o governo a "dolarizar" mais ainda a economia, emitindo mais ORTN cambial. E disso o que se conclui? Que o grande problema atual é realmente institucional. Todo mundo sabe que com uma pena o governo muda as regras. Esse tipo de procedimento que em 70, 71, revelou rapidez e eficiência, hoje é ineficaz. Hoje é indispensável a morosidade que legitima os atos do governo e impede que todos fiquem na expectativa da mudança de regras. Daí, insisto, a grande questão é mesmo a institucional. Se a ordem institucional tivesse prevalecido, a megalomania do plano nuclear do governo Geisel não teria vingado, os grandes projetos a longo prazo não teriam sido aprovados, a grande loucura que foi o primeiro semestre de 80 não teria acontecido e agora, quando se trata da renegocição da dívida, haveria um plano passível de ser aceito por toda a sociedade, que seria levada a acreditar no governo. Entretanto, desindexar sem eliminar as causas básicas da elevação da taxa de juros implicará simplesmente a penalização do setor já tabelado, que é o da Caderneta de Poupança, do Fundo de Garantia, levar a uma quebra desses setores em concorrência com outros — com o tabelamento desses outros como resultado — a uma violenta fuga de capitais, ante a ausência de alternativas de rentabilidade no setor real da economia.

Geraldo de Camargo Vidal — Não que as observações do Nassif são de caráter financeiro institucional. Mas nossos grandes problemas são econômicos. Os erros financeiros decorrem de erros econômicos, cometidos arbitrariamente e discricionariamente na tentativa de resolver erros econômicos anteriores. Os erros econômicos são fundamentais, os financeiros, conseqüências.

Luis Nassif (JT) — Lembro que os erros financeiros levaram a erros gravíssimos.

“Nunca vi um ministro errar tanto e ser mantido”

Ives Gandra — Estou com o Geraldo quanto à decorrência. Em decorrência de um modelo, arcamos com a presença excessiva do Estado. Mas não isento os homens. De 73 a 79, o quadro poderia justificar o governo Geisel e a orientação do ministro Simonsen. Com a crise do petróleo, o sistema financeiro internacional passou a ser fortemente pressionado pelos árabes, que tinham o dinheiro, mas que careciam da capacidade de aplicação. Havia uma reciclagem desse dinheiro no mundo ocidental. Em consequência, os juros eram baixos no mercado internacional. Pode-se pôr em causa a seleção dos projetos — não sei se a Nuclebrás teria sido a melhor alternativa. Mas acontece que a tendência era aproveitar a situação de dinheiro fácil no mercado mundial. A meu ver, os erros fundamentais foram duas decisões de junho de 1979: em Viena os produtores resolveram aumentar o preço do petróleo e em Tóquio, os países desenvolvidos e em desenvolvimento decidiram rever e alterar a política de tarifas aduaneiras. Dois caminhos ficaram abertos: de um lado, o protecionismo do comércio internacional; do outro, maior pressão dos preços do petróleo sobre cada país que tivesse balança comercial razoável. O ministro Simonsen teve a sensibilidade de perceber essa nova realidade. Em agosto de 79, pretendeu cortar todos os orçamentos, no que seria uma reversão do processo econômico, com a reversão das estatais à nova realidade dos juros internacionais. Mas nesse momento todo o ministério apoiava uma política de pleno desenvolvimento em plena recessão mundial. Resultado: Simonsen caiu, Delfim entrou e insistiu em que a política econômica deveria ser mantida como se estivessemos ainda nos idos de 67. Daí, um imenso descompasso. Enquanto os demais se adaptavam às decisões de Viena e de Tóquio, o Brasil persistia na expansão absoluta. Mais grave ainda, para segurar a

correcção monetária, passou-se a manipulá-la, a ponto de pressionar a demanda por não incentivar a poupança. A inflação saltou de 40% para 116%. E quando se reverteu o processo, com a adoção da política que Simonsen preconizava em agosto de 79, estávamos já com a economia descompassada. A partir de então, sem projeto coerente, vivemos de casuismo em casuismo — até porque a equipe de governo perdura a confiabilidade. Não havia instrumental institucional de garantias, veículos legais, legítimos, constitucionais, que permitissem a formulação de política a longo prazo. A falta de um instrumental jurídico, o governo passou a decidir o que seria lei — embora não houvesse lei. O resultado foi a perda de confiabilidade do governo. Tudo o que ele garantia passou a não acontecer. Nunca vi um ministro das Finanças errar tanto e ser mantido. Quando garantiu que a correção das cadernetas de poupança seria exatamente igual e que a correção monetária corresponderia à correção cambial dentro de um dado trimestre, teve de voltar atrás antes do fim de três meses. Erros básicos de avaliação, como esses, ilustam o casuismo absoluto e desestimulam o setor privado a empreender qualquer projeto a longo prazo. Não há empresa brasileira que se arrisque a tanto, pois se sabe que o governo faz o que bem entende e que não se deve acreditar no que afirma. Conseqüência: enquanto o setor produtivo pensa em redimensionar para menos, o estatal faz o que bem entende, agravando um descompasso que pode levar a crises sociais e políticas gravíssimas, pois a economia já estamos vivendo. Isso tudo nos leva a crer que estamos pagando as conseqüências do erro de avaliação de 1979, de expansão da economia nacional quando a mundial já estava em recessão.

César Saldanha Souza Júnior — Creio que agora se cria quase um consenso na avaliação da política econômica de 73/74. Naquela altura, o Brasil tinha duas opções: ou cortava as importações de petróleo e não se endividava — arcando com a recessão — ou então fazia o que foi feito pelo resto do mundo, capitalista, socialista ou comunista: tomar dinheiro baratíssimo para continuar crescendo e oferecendo empregos. Isso é importante para o Brasil, onde a alta taxa de crescimento demográfico demanda a multiplicação da criação de empregos. Se a Argentina, por exemplo, pode dar-se ao luxo de recessão, o Brasil não pode, dada a alta demanda de empregos. Nesse caso, vejo os ditos projetos megalomaniacos de 73/74 como necessários, em termos. Qualquer ministro de Planejamento, fosse Celso Furtado ou Roberto Saturnino, teria a essa altura agido da mesma forma. Na época, a retórica recessionista seria politicamente invendável e economicamente errada. Concordo também que houve erros na administração pós-simonsense. Senti, na época, que a avaliação de Simonsen era a mais correta. Claro que a reviravolta que depois disso se processou foi séria: os juros subiram, o Brasil já atingira sua cota de endividamento. Mas é preciso lembrar que essa política foi apoiada de alguma forma pela comunidade. O pacote de dezembro de 79 teve conseqüências catastróficas na gestão da política econômica brasileira, mas chegou a ser apoiado por quase todos.

“Simonsen saiu, Delfim entrou e a inflação passou de 40 para 116%”

JT — Exigia afinamento perfeito.

César Saldanha Souza Júnior — Justamente. No entanto, os empresários saudaram as medidas de 7 de dezembro de 1979 com uma fantástica comemoração. Os setores trabalhistas também, por estarem contra o “desaquecimento” atribuído a Simonsen, eufemismo que hoje se traduz em recessão econômica. A medida desarticulou a econo-

mia nacional, elevou nossa dívida a uma altura em que passou a escapar ao controle. Ante o que aconteceu, nós nos defrontamos com um problema que representa verdadeiro desafio à imaginação.

Edvaldo Brito — Certamente. Volto a insistir em que se trata, fundamentalmente, de um problema institucional. Mas preferia ouvir os demais antes de voltar a tratar do assunto.

JT — Gostaria muito de ouvir o Geraldo a respeito, pois ontem acabei de ler seu trabalho sobre a correção monetária no Direito brasileiro. A análise da manipulação da lei da oferta e da procura é muito importante. Contudo, todas essas medidas parecem contrariar fundamentalmente a que nos apresentou.

Geraldo de Camargo Vidal — Observei apenas que o financeiro é freqüente e principalmente uma projeção do econômico e que os erros financeiros também freqüentemente resultam dos esforços de acomodar o que é disparatado em função de programas econômicos inviáveis ou simplesmente errados. Deixaria para mais tarde a apreciação mais geral disso.

JT — No quadro dos debates sobre as estatais, alguns sustentam que elas são necessárias nos países subdesenvolvidos, para preencher os espaços que, por falta de capitalização ou outro motivo qualquer, o setor privado não quer ou não pode preencher. Outros sustentam que as estatais representam uma deformação promovida pelo próprio governo. Entretanto, as estatais cresceram justamente num período em que a economia era gerida por homens que nada têm a ver com a estatização: Roberto Campos, Bulhões, Simonsen e Delfim Neto. Talvez o Estado tenha precedido a sociedade, como foi dito aqui. Não sei. Gostaria de ouvi-los a respeito.

Marco Antonio Rocha (JT) — Já tratamos de equívocos operacionais. O Ives também tratou, didaticamente, do assunto. Todos nós, direta ou indiretamente, consideramos a questão institucional. Tudo isso está intimamente interligado. Tomemos como exemplo o último discurso do Delfim Neto, que li e reli com atenção. Ele começou mostrando por que e como o Brasil decidiu utilizar o endividamento externo como instrumento de promoção do desenvolvimento econômico. Ora, precisamente no momento em que o ministro Delfim Neto tomou posse, em 1967, houve uma mudança de natureza na questão do endividamento externo. Este deixou de ser utilizado como forma de compensação de balanço de pagamento, como sempre fora, passando a ser instrumento de promoção do desenvolvimento econômico ou, como explicou em seu discurso, complementação da poupança interna. Mas quem decidiu que se fizesse essa alteração fundamental? Teria sido o Brasil, como diz o ministro? De forma alguma. A decisão foi dele e de sua equipe. Calcularam, talvez corretamente na época, que o custo do dinheiro era baixo no mercado internacional e que assim ele poderia ser usado como instrumento de complementação da poupança interna e de promoção do desenvolvimento econômico. Mas em se tratando de adotar a solução, a Nação deveria ter sido consultada. Era um passo fantástico a ser dado, que demandava deliberação política nacional e o estabelecimento de parâmetros pelo Congresso, por meio de lei. Tratava-se de fazer uma avaliação estratégica e não apenas tática do que se propunha. Mas diz o ministro que tudo iria muito bem não fosse a inesperada crise do petróleo, que teria arruinado todo o esforço de reconstituição do equilíbrio financeiro. Diz ainda que já sob seu comando, e à custa de um grande esforço, o Brasil teria chegado a uma situação de equilíbrio em 1981 — se não tivesse ocorrido a crise da elevação dos juros. O que me pergunto, como cidadão preocupado com o País, como jornalista, é se afinal toda essa estratégia defendida por Delfim Neto não estará errada. Uma estratégia sujeita aos azares internacionais? Evidentemente suscita suspeita. E um ministro de Planejamento, que pense estrategicamente, deve suspeitar dessa estratégia — e começar a considerar uma estratégia alternativa, pois é eviden-



Um de nossos problemas: os (muitos) erros dos ministros.

Nesta segunda parte da mesa-redonda organizada pelo JT, juristas e jornalistas concordam num ponto: uma grande parte da culpa pela crise atual cabe ao ministro Delfim Neto. O debate prossegue amanhã.

te que ela tem uma falha fundamental, estando sujeita a caprichos meteorológicos. Chuvas e trovoadas não podem pôr a perder o que custa anos de esforço — sacrifício. Uma nação consciente de seu destino histórico não pode sujeitar-se a azares tão freqüentes, tão sucessivos, tão traumáticos. Foi assim que vi o discurso do Delfim Neto, como a confissão de uma estratégia essencialmente falha.

“O grande problema desta crise parece ser a ausência de regras”

Será que pessoas que têm experiência política tão grande, experiência administrativa tão grande, conhecimento técnico tão grande, reconhecimento tão grande, como reconhecidamente é o caso do ministro Delfim Neto, do ministro Galvão, do Langoni e outros, não compreendem que esses equívocos de estratégia não corrigem o rumo tomado? Temos aí, basicamente, uma falha do sistema em que eles estão inseridos. É o governo, como um todo, que toma decisões não afinadas com o espírito ou com os objetivos da Nação. Ai, entramos no problema institucional.

Hamilton Dias de Souza — Seria utilíssimo, ainda que difícil, discutir toda a política econômica do Brasil. Mas estamos debatendo aqui o problema do regramento jurídico da economia. Já concluímos que ele falta. Como se explica que homens individualmente capazes se revelem coletivamente tão incapazes? Pelo fato de não existir um plano nacional. O Congresso aprova as minidesvalorizações cambiais e logo a seguir vem uma maxidesvalorização. Nosso problema seria efetivamente institucional ou de simples obediência às regras previstas? O Direito tem instrumentos perfeitos. Entretanto, ou não estão sendo obedecidos ou acabaram sendo desmoralizados. Isso merece exame e não apenas do ponto de vista econômico. O grande problema desta crise, desta falta de rumo, parece ser a ausência de regras ou a inobservância das existentes.

Cesar Saldanha de Souza Júnior — O problema do regramento jurídico da economia pôde realmente a nu a crise. O Estado ocidental viveu duas fases bem características, a liberal e, a partir do século XX, a social. O controle do governo no século do Estado Liberal era jurídico e estrito. Diante da dificuldade desse controle rígido, adotou-se o parlamentarismo, com o controle político do qual depende o governo. Estava demonstrado que os controles jurídicos formais dos séculos XVIII e XIX são incapazes de regulamentar o Direito e o Poder Executivo no Estado contemporâneo. Ante a falência dos instrumentos jurídicos, nossos bacharéis, nossas elites não criaram instrumentos efetivos de controle. O que ocorreu? Temos um governo sem controle.

Para resolver tal situação não é preciso criar controles jurídicos formais, mas controles políticos a nível de organização política, pois os controles formais clássicos do Direito Tributário são insuficientes e inadequados para o controle do Estado contemporâneo.

Hamilton Dias de Souza — Discordo. E discordo radicalmente. Todas as teorias dos autores contemporâneos levam em conta o controle político. Este deve haver, mas de forma alguma exclui o controle jurídico. São complementares e não se excluem. A transformação do Estado Liberal no Estado intervencionista mudou apenas a ordenação jurídica. Temos hoje, por exemplo, as leis-quadro, muito mais abrangentes. São elas que permitem maior mobilidade ao Executivo. Ainda assim, estabelecem parâmetros.

Ives Gandra — No Brasil, temos uma visão não liberal em matéria tributária. Aqui, o Estado tem uma capacidade de intervenção maior que a prevista nos sistemas tributários anteriores. É um Estado que entra no poder econômico. Há uma rígida discriminação de competência que empresta ao elemento mais forte da Federação, que é a União, a parte do leão nos impostos. Para o sujeito passivo, as garantias são mínimas. O instrumental, em matéria tributária, corresponde assim ao de um Estado capacitado a intervir na economia.

“E como estar num avião em pane que tem de ser reparado em voo”

Cesar Saldanha Souza Júnior — Muito bem, precisamos criar mecanismos políticos de controle do poder e do governo, sem os quais viveremos sujeitos a uma crise jurídica permanente, pois só os mecanismos jurídicos não resolvem. Temos de deliberar politicamente. Mas tenho algum temor. Afirma-se que o povo tem de participar. Imagine o povo participando da maxidesvalorização. Não tem condições. Nós, brasileiros, calamos muito no “continentalismo” político. A canalização do debate exige História, partidos políticos que se consolidem, novas e adequadas estruturas políticas. Isso não se improvisa nem se inventa.

Edvaldo Brito — Volto ao problema institucional. E como se estivessemos num avião que entra em pane e tem de ser reparado em voo, pois não pode parar. No Brasil, esse reparo só é feito na ótica do piloto.

JT — Ou do mecânico.

Edvaldo Brito — Ou do mecânico que pretende ser dono da verdade. No Brasil temos Xique-Xique, Pilão Arcado, Água Quente, Água Fria, Tabocas do Brejo Velho, onde não se raciocina em termos da Bolsa de Valores do Rio ou de São Paulo, da Rua Augusta ou de Copacabana. E preciso que seus representantes tenham lugar no Congresso para dizer ao ministro Delfim que a Nação não é ele e que quando afirma que a opção nacional foi esta ou aquela, deixou de ouvir aquela senhora de Pilão Arcado que, como cidadã, tem os mesmos direitos dele. Não temos um Legislativo que funcione como esse canal de comunicações. É um conjunto de pessoas que procura legitimidade na eleição, como é o caso da

deputada Ivete Vargas, que trai lamentavelmente essa vocação manifestada na urna. Os empresários, como os trabalhadores, tratam de salvar a própria pele, mas não se integram num esquema, num projeto, num modelo. A crise da universidade nunca foi tão profunda. E não podemos discutir economia, modelo institucional, isto e aquilo, sem lembrar a universidade. Faltam verbas. Quando se sabe que há 20 anos não se renova a biblioteca de uma Faculdade de Direito, tem-se idéia do que é a falência total.

JT — Basta pegar a verba da Coroa Brastel e aplicar nas universidades. Vai até sobrar dinheiro.

Edvaldo Brito — Sim, mas eu dizia que o avião Brasil tem de ser reparado em voo. Mas para isso é preciso ouvir a Nação. O último decreto de controle estatal, por exemplo, é uma vergonha. Como é que o controlador vai controlar-se? Adota-se arbitrariamente uma política salarial apenas para as estatais, na base de “faça o que eu digo mas não faça o que faço”.

JT — Já se disse que um dos males institucionais do Brasil é a Constituição, que estaria adequada aos primórdios da República. A atual não teria a menor preocupação social, por estar voltada para o início do século. O que teriam a dizer a esse respeito?

Geraldo de Camargo Vidal — Nosso problema fundamental é uma utopia planificadora injustificada. Ela se manifesta por um autoritarismo extremado e por uma injustificável presunção de onisciência do governo. Isso reduzida em centralismo exacerbado e crescente. É como se dez homens do governo fossem capazes de resolver todos os problemas. O caso da lei do solo é ilustrativo. Antepondo ao município o Estado e a União, ele paralisará por dez anos a construção civil. O planejamento razoável deveria ser imperativo para o setor público e indicativo para o setor privado. Aqui ocorre precisamente o contrário. Então, temos o planejamento ao avesso. Continuamos vivendo numa utopia centralizadora. Nosso endividamento, por exemplo, não foi visto como solução financeira, mas solução econômica. O dinheiro não foi usado em projetos de retorno rápido, que forneceriam bens e serviços. Mas o dinheiro foi vinculado a longuíssimo prazo.

Edvaldo Brito — Às vezes, nem isso. Ficou sem resposta alguma.

Ives Gandra — Sem alternativa de retorno, como a Nuclebrás.

JT — Dólares foram usados para construir estradas vicinais no Brasil. Isso jamais gerará receita em moeda forte.

“É preciso criar mecanismos de controle do poder e do governo”

Geraldo de Camargo Vidal — Volto a observar que o problema é o da utopia planejadora infundada. O planejamento tem limites, a começar pelas informações disponíveis. Em segundo lugar, a capacidade de processar essas informações. O exemplo clássico da utopia planejadora é o Estado soviético de 1917, que teve de retornar em 1923 à Nova Política Econômica. Somente depois disso pôde partir, gradualmente, para uma planificação mais ampla. Aqui, o mau uso do dinheiro fácil foi fruto da descentralização, dessa síndrome ligada a nossa utopia planificadora. Obrigou-se o sistema empresarial a tomar recursos externos, mas estes acabaram sendo orientados para o próprio governo. Não se tratava de promover uma recessão em 73 ou 74, mas também não seria o caso de promover os projetos estatais. O mesmo se aplica ao mercado financeiro. Quando o governo libera um pequeno segmento, mantém um grande volume de recursos para financiamentos abaixo da taxa de inflação, permitindo lucros de mera estocagem.

JT — Os próprios ministros dizem que o Brasil tem simultaneamente as taxas de juro mais baixas e as mais altas do mundo.

Geraldo de Camargo Vidal — Não há economia que possa ser organizada em regime desse tipo. Continuamos incapazes de compreender o significado da moeda. No Brasil ela é um instrumento de troca em permanente desvalorização. Não se pode esquecer a relação entre a atividade social em volume de moeda e a sua velocidade de circulação. Mas esse padrão especialíssimo é tratado de forma mais disparata pelo governo. As correções monetárias e cambiais são outra face do tumulto em nosso mercado financeiro. Todos sabemos o que representou para a economia brasileira a correção monetária pela metade da taxa de inflação em 78 e 80: os salários foram profundamente afetados e os rendimentos vinculados à correção monetária tiveram reajustamento injusto. E como as empresas deviam calcular os reajustes de seus capitais de giro pelos índices da correção monetária, foram oneradas com um imposto sobre rendimentos inexistentes e esvaziadas de recursos. Esse foi um dos mecanismos usados para desviar dinheiro do setor privado para o público. São incontáveis as incidências tributárias que receberam esse tipo inédito de tratamento em função dessa extraordinária correção monetária. As correções cambiais não ficaram atrás. Condenamos as maxidesvalorizações, mas o problema principal são os erros anteriores que as tornaram quase indispensáveis. A relação entre duas moedas depende do poder de compra de cada uma delas em seu país. Se esse poder baixa, só se pode relacionar as moedas reajustando a taxa de câmbio. Não há outra forma de...

JT — Discordo, com relação à maxidesvalorização de 79, que não visava aumentar rentabilidade. Alegou-se que se tratava de eliminar o sistema de subsídios, aliviando um pouco o orçamento público. Acontece que em julho de 80, com a prefixação cambial, a paridade com o dólar já se revelava inferior ao que era antes da maxidesvalorização.

Ives Gandra — Tudo isso foi apresentado para o grande público como conseqüência. Mas já havia um reajuste anterior que se pretendia recolocar.